

Logos sensorial: tempo e sensação na contemporaneidade¹

Julio Pinto*

Resumo:

Discute-se a presentificação da experiência como corolário do predomínio da razão sensível – primeira, em termos semióticos --, como efeito de um dispositivo do imaginário social (portanto, dentro do domínio do *logos*) que faz do *pathos* um veículo sutil de criação de mentalidades.

Palavras-chaves: Presentificação da experiência; Logos e pathos; Dispositivo social.

Abstract:

This paper discusses the presentification of experience as a corollary of the predominance of what may be called Sensible Reason – firstness, in semiotic terms – as an effect of a social imaginary device (hence, within *logos*) which makes *pathos* a subtle vehicle to shape mentalities.

Key Words: Presentification of experience; Logos and pathos; Social device.

¹ Conferência para a abertura do semestre letivo do Programa de pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal da Bahia, em celebração dos seus 20 anos, em agosto de 2010.

* Ph.D., Professor do PPGCom da PUC MG, juliopinto@pucminas.br

Palavra de aviso: esta não é uma fala científica em senso estrito, apesar de, subjetivamente, tratar de temas que têm sido caros a muitos investigadores. Por não constituir comunicação científica, mas algo parecido com um ensaio, pelo menos no tom, estou publicamente me eximindo de notas de rodapé, citações corretas segundo a ABNT, e também de *adequatio* na logicidade de meus argumentos, além, naturalmente, da Navalha de Ockham, grande preservadora da elegância das teorias. Também não faço nenhum estudo do estado da arte (até prefiro *state of the art*, por achar paradoxalmente menos colonizado), resenhando opiniões e arregimentando autores que se perfilarão(iam) em defesa dos meus argumentos, mesmo porque não tenho argumentos em sentido estrito a oferecer, pois isso que se segue são meras notas elucidatórias que digo a mim mesmo em voz alta. Às vezes, naturalmente, buscarei uma ou outra citação, mas, friso, este exercício é só um exercício que, é bom dizer, não tem nem a pretensão de ser novidade (porque, a rigor, originalidade não existe), já que tem havido textos e livros sobre o presente assunto, muitos deles inspirados nas percepções teóricas vindas dos quartéis semióticos a que me filio. Outra coisa: o que tem de pensamento aqui é, por isso, veiculado através de mim. Heideggerianamente, me coloco não como sujeito do conhecimento, mas como veículo desse fenômeno, desse acontecimento chamado conhecimento que nos acomete. Por isso, não vou, à maneira de Maffesoli, fazer nenhum elogio à razão sensível, nem adequadamente discorrer sobre ela, porque há muitos outros que já o fizeram muito melhor do que eu jamais poderia aspirar a fazer. E, sem mais delongas, para tal ginástica acadêmica quero propor iniciarmos com alguns cenários hodiernos, já que, ainda com Heidegger, a única forma de estudarmos o ser do nosso tempo é observarmos os entes que o manifestam. Vou começar com três e depois, à medida que esta arenga se desenvolve, acrescentarei mais um.

Cenário I: a cerveja

Há uma cerveja cujo nome, com pequenas alterações ortográficas, significa crânio em uma língua germânica ancestral e um brinde tchin-tchin em uma língua germânica contemporânea. Essa cerveja apela para a metáfora da redondeza e da esfericidade ao se declarar deleitável bebida. Natural e obviamente, o que está em jogo na retórica publicitária é um contraste sensorial entre a macia beberagem em questão e as ásperas concorrentes. Nada mais corriqueiro em se tratando de comercial de bebida. O interessante é a reforçada ênfase na agradabilidade do consumo, versus o peso na tecnicidade da forma de produção (que, de resto, algumas outras cervejas alardeiam, ao

exaltarem as qualidades de seu lúpulo e da água utilizada em seu preparo, além da tradição e da inigualável sabedoria de seu mestre cervejeiro). Em outras palavras, enquanto a competição enfoca o know-how, a nossa cerveja enfatiza qualidades sensíveis. E, ao que parece, as qualidades sensíveis estão ganhando o jogo.

Cenário II: as eleições

Um fato curioso nas últimas eleições municipais em Belo Horizonte – MG: um dos candidatos passou da condição de quase anônimo à de incômodo e desconfortável desafiante no segundo turno. A sua estratégia de campanha não propunha cerebrais programas de governo, nem se pautava pelos ideais da democracia deliberativa, ao contrário da de seu oponente. O que o candidato fez foi pristinamente simples: adotou um sotaquezinho falso de “mineirim” e começou a usar bordões simplórios, quase-refrões para com os quais o público produziu inefável simpatia: “dá para fazer” e “faz um joínha aí”. Em outras palavras, não o conteúdo, mas a proximidade, não a seriedade calcada no *logos* da plataforma, mas a sensação de que aquele candidato era um de nós, igual a nós, capaz de nos entender porque falava a nossa língua, *et coetera* e tal. Esse candidato só foi vencido -- e essa é uma hipótese impressionista, mas não isenta de plausibilidade -- porque foi usada contra ele uma arma de igual calibre: veiculou-se pela internet um rápido vídeo com conhecido humorista parodiando, quer dizer, destruindo passo a passo a imagem ovina de rapaz simples do interior e, portanto, mostrando-lhe a verdadeira e lupina face.

Cenário III: o telejornal

Não mais a sisusa torrente informativa que sucede o Boa Noite dos âncoras do telejornal. Não mais o bem comportado e inescapável script que as regras do bom telejornalismo ditaram. Não mais o clichê do telejornal imparcial, puramente fornecedor dos dados que o telespectador iria processar para transformar em graves dicas para a sua vida ou consumir avidamente (como no caso do ocasional crime bárbaro que invade nossas telas), no afã febril de colecionar pequenas novas informações fornecidas homeopaticamente de tempos em tempos ou em formidáveis avalanches que não nos deixam nem recuperar o fôlego. Agora é possível assistir um telejornal ou simulacro de telejornal dando risadas, ou, pelo menos, fazendo mentalmente aquele dar de ombros desdenhoso típico dos britânicos toda vez que uma bobagem dita por um político é

realçada hiperbolicamente por um jornalista-comediante ou que um alto dirigente tem a sua falha trombeteada em tom que faria inveja a Plauto, Gil Vicente e Molière, todos adeptos da máxima *rindo corrigem-se os costumes*. Esse é um fenômeno que já atrai muitos estudiosos, que chamam nossa atenção para o fato de que as regras do entretenimento já se transpõem para o informar e que está em curso uma dissolução dos gêneros, uma hibridação ou uma convergência, como queiram. Não cabe aqui – e quero frisar isso bem – ficar discutindo se isso é ou não é jornalismo. Essa discussão em si não me interessa. Interessa-me o que o fenômeno significa em termos de sintoma de mudança de rumos em processos cognitivo-perceptuais.

Três cenários em um

Mesmo reconhecendo a singularidade de cada um desses três fenômenos, todos legitimamente objetos de nosso olhar teórico-analítico, não é nenhum exercício de poderes esotéricos a percepção de que eles têm algo em comum. Gostaria de aventurar uma hipótese de que esses fenômenos ultrapassam as percepções acertadas de que exaltar a qualidade de algo a se vender é publicitariamente correto, de que a mesma coisa vale para os políticos e de que há um fenômeno de hibridação ocorrendo nos fazeres comunicativos contemporâneos. Reconhecendo a justeza de tudo isso, quero dar um passo atrás para sugerir que esses três cenários descritos (e certamente muitos outros na contemporaneidade, especialmente um a que vou me referir daqui a pouco) se encaixam em um amplo dispositivo (estou usando o termo *dispositivo* segundo a concepção de Agamben) que vem priorizando aquilo que a semiótica chamaria de primeira (utilizo aqui minha tradução pessoal do termo *firstness* proposto por Peirce). Esse dispositivo (ou argumento) vem tendo impacto observável (donde se infere ser ele dotado de certa magnitude) nos comportamentos e na experiência contemporâneos. Explico que o termo *argumento* é utilizado neste nosso contexto a partir de sua acepção semiótica. Refiro-me àquele tipo de signo complexo por seu interpretante, que contém em si pelo menos dois signos, um dos quais sempre interpreta o outro. O argumento, dentro da arquitetura conceitual desta semiótica, seria o degrau do topo da complexidade sígnica, isto é, ele engloba em si não só o poder de legislação dos símbolos, como a capacidade dêitica dos dicissignos e dos índices, além de conter a indefinição semântica e a associada carga sensorial analógica que se identificam nos remas e nos ícones.

Por causa dessa impressão ainda imprecisa e impressionista – peço perdão pela paronomásia que se me afigurou quase irresistível – talvez valesse a pena fazermos uma breve incursão por alguns conceitos que, sei, todos já dominam, mas que talvez estejam dormentes e guardados em algum desvão ou sótão mental. Trata-se da já anunciada noção de primeira, a categoria da experiência da sensação não-pensada. O que eu queria neste momento é abordá-la a partir de algumas idéias sobre a imagem, os aromas, os sabores e o som, não exatamente de uma teoria da imagem lá fora, aquela imagem que vemos projetada, nem uma teoria das frequências de ondas sonoras, e muito menos uma teoria bioquímica que explique nossas sensações nasopalatais, porque olhar para esses inputs sensoriais desse jeito é condenar essas importantes manifestações em nossas vidas a uma existência lógica fora de nós, enquanto o que me interessa mesmo é pensar como se dão essas coisas dentro de nós.

Diz Peirce quase tautologicamente que um ícone é um signo cuja qualidade representativa é uma primeira dele como primeiro, isto é, uma qualidade que ele tem como coisa que o torna apto a ser um signo. Dessa forma, qualquer coisa pode ser um substituto de qualquer outra coisa que se lhe assemelhe. Até aqui, tudo bem. Entretanto, existe um *caveat*: o conceito de substituição envolve propósito e, assim, uma terceira genuína. Parece, portanto, que terei que lidar com uma aparente aporia aqui: falo de terceiros ou de primeiros? A solução está num outro conceito semiótico, o da degenerescência dos signos. Se tudo é signo, conforme o postulado mais conhecido de todos, não pode haver verdadeiras sensações, porque elas já vêm mediadas por signos. Assim, o que temos são sensações significadas, isto é, primeiros e não zeros. Primeiridade, como quer a pragmática, e não zeroidade, como parece querer Deleuze.

Um exemplo: a semelhança parece exigir menos de nós que um raciocínio que explore contrastes, já que basta um pequeno fundamento para que eu produza relações icônicas. Vêm-me à mente, de imediato, as sinestésias, já que o gosto do cheiro de algo, por exemplo, é uma relação icônica de substituição que, se não é puramente sensorial, pelo menos aparenta sê-lo. Mas existem complexos argumentos sociais que me induzem a produzir / sentir sensações que, por isso, são degeneradas, por serem subsistemas primeiros de ordenações terceiras. Esse certamente é meu caso pessoal de, como mineiro, não gostar muito de cheiro de peixe e, por isso, ter enorme resistência à culinária japonesa. Por outro lado, quem passou a vida cercado por essas iguarias ou

aderiu ao modismo contemporâneo tem, ao contrário de mim, a boa sorte de salivar sempre que sente tais aromas. Argumentos que comandam sensações, como se vê.

Ora, e daí? Esperem só um pouquinho. Ainda tenho o som para discutir. E vou fazer isso de modo machadiano, isto é, chamando ironicamente a atenção de vocês para a facilidade com que escorrego de um para outro de sinestésica maneira. Vejam só.

Peirce, mais uma vez Peirce, diz sobre as sensações o seguinte:

Um mero pré-sentimento pode ser um signo. Quando um cego diz que pensa que a cor escarlata deve ser algo parecido com o som de um trompete, ele percebeu bem essa obviedade e o som é certamente um pré-sentimento, mesmo que a cor não o seja. Algumas cores são chamadas de tristes, outras de alegres. O sentimento dos tons é ainda mais familiar, isto é, os tons são signos de qualidades viscerais de sensação. Mas o melhor exemplo é o dos odores, pois eles são signos de mais de uma maneira. É observação comum a de que os cheiros elicitam velhas memórias. Isso, acho, se deve ao fato, pelo menos em parte, seja pelo tipo de conexão que o nervo olfativo tem com o cérebro ou outra causa, de que os cheiros têm uma notável tendência a se pré-sentimentalizar, isto é, ocupar todo o campo da consciência, de modo que uma pessoa pode, ao menos momentaneamente, viver em um mundo composto apenas de odores. Na vacuidade desse mundo, não há nada a obstruir as sugestões da associação. Essa é uma forma pela qual os odores são particularmente capazes de agir como signos. Mas eles têm também a notável capacidade de trazer à mente qualidades mentais e espirituais. Isso pode ser um efeito da associação por semelhança, se subsumirmos debaixo desse termo todas as associações naturais de diferentes idéias. Eu certamente faria isso, pois não sei de que mais pode consistir a semelhança.

Gostaria de me demorar mais nessa frase: *notável tendência a se pre-sentimentalizar*, isto é, ocupar todo o campo da consciência, de forma que a pessoa pode viver em um mundo composto apenas de informações dos sentidos. A música certamente tem o poder de produzir essa sensação. Mas, e a essa altura já ficou claro, ela o faz a partir de um conjunto razoavelmente convencional (no mínimo, um elenco pré-definido de sons): de novo, terceiros comandando primeiros.

Deixe-me explicar um pouco mais, usando ainda o Peirce, desta vez nos CP 5.230 e 231 (as traduções são minhas):

230. Ninguém questiona que, quando uma criança ouve um som, ela pensa não nela mesma como ouvinte, mas no sino ou outro objeto como

soante. O que acontece quando ela quer mover uma mesa? Ela pensa em si mesma como desejante de movê-la ou pensa na mesa como movível? Que ela tem essa segunda perspectiva não há dúvida. A primeira opção continua sendo uma suposição arbitrária e sem fundamento até que a existência de uma autoconsciência intuitiva seja provada. Não há nenhuma boa razão para se pensar que a criança seja menos ignorante de sua condição peculiar do que um adulto raivoso que negue sua condição irada.

231. A criança, contudo, deve descobrir logo, por meio da observação, que as coisas movíveis são de fato aptas a sofrer tal mudança após um contato com aquele corpo particularmente importante chamado Joãozinho. Tal consideração torna esse corpo ainda mais importante e central, já que estabelece uma conexão entre a aptidão de uma coisa para ser movida e a tendência nesse corpo a tocá-la antes de ela ser mudada.

Em outras palavras, tudo na consciência é elicitado dentro a partir de uma relação com o fora. Nossa relação com aquilo que definimos como real tem base no nosso *pathos*. Considerando um dispositivo civilizatório contemporâneo centrado no nosso gosto, na nossa sensação, no nosso bem-estar, no imperativo do nosso prazer, do nosso entretenimento, na nossa evitação do tédio, no nosso frenesi gozoso, na sutura de nossa falta interna por meio dos objetos externos que consumimos, o nosso corpo, assim como o do Joãozinho no exemplo de Peirce, torna-se absolutamente central. Lembrando que as sensações têm a notável tendência a ocupar todo o campo da consciência, o corpo-sujeito de Merleau-Ponty vem imediatamente à nossa cabeça.

Isso é particularmente verdadeiro quando se pensa em termos temporais, porque qualquer referência a qualquer tempo sai de nosso momento de fala: o presente é quando eu falo porque ele está em mim, ou eu nele. De qualquer forma, o presente é o real, porque eu o sinto. Daí podermos pensar que o real é visto em termos de sua presentidade: o real é o sensível. O passado é, de acordo com a teoria semiótica, aquilo que eu consigo observar ou, para ficar no campo visual, aquilo que eu enxergo. O presente é aquilo que me aparece e que vejo, mais que enxergo. Estou tendendo a achar que o passado só é observável porque se situa distante de mim, ele está no fora-de-mim. De fato, muitos de nós já falamos que estamos na era do visível. Ora, se o mundo contemporâneo se centra na visibilidade, talvez faça sentido pensar-se o real não como aquilo que se observa (falo de ciência ou de narração), mas como aquilo que se sente.

Acho que está na hora do quarto cenário.

Cenário IV: o século XIX

Essa aconteceu comigo. Estava eu a dar aula de introdução à comunicação para uma turma de um curso outro que não o de Comunicação. Em certa altura, falei quase de passagem que a televisão apostava na redundância. Imediatamente, fui interrompido por uma jovem aluna, que me pediu uma explicação para essa redundância. Como todo professor, demorei-me num discurso que eu achava explanatório, mas que o olhar bovino da minha interlocutora revelava ser completamente inócuo. Suspendi com isso a minha fala e passei a dar exemplos. Como era uma turma de segundo período, que tinha acabado de passar pelos exames vestibulares, exemplifiquei com o fenômeno medieval das cantigas ibéricas de amor, amigo, escárnio e maldizer que eles tinham que ter estudado para as provas de Língua Portuguesa. Expliquei que as cantigas não eram exatamente poemas, eram feitas para serem imediatamente decoradas e cantadas e, para conseguir esse efeito, usava-se a técnica da repetição. Fez-se a luz na mente da aluna, que me devolveu com um elogio: obrigada, professor, por me explicar o século XIX. E fui eu quem ficou sem entender, porque eu estava falando de Idade Média. Mas, de repente, entendi: na cabeça dela, vivente no fim do século XX, tudo que não estava ao alcance imediato do presente dela mesma era jogado numa espécie de quarto de despejo temporal, rotulado por ela de século XIX, onde tudo coexistia: Machado de Assis, a República, o Brasil Colônia, os descobrimentos, Carlos Magno, os Césares, Ptolomeu, os dinossauros, qualquer coisa que não fosse o maravilhoso mundo que ela, centro do universo, estava vivendo no presente dela. Em outras palavras, mais que ignorância, o que ela revelou foi um sintoma contemporâneo.

Esse fenômeno de fato parecia ser sintomático de algo grande que está acontecendo agora. Pelo menos em parte, depois de uns três anos investigando isso que venho chamando de presentificação da experiência, venho achando que o fenômeno pode ser atribuído à presença pervasiva de meios de comunicação que encurtam e anulam distâncias espaciais e temporais, num processo a que Virilio já tinha aludido ao propor sua idéia de *olhar veloz*. E mais: já foi observado, até por uma famosa semioticista minha congênere, que a experiência reticular dos ambientes digitais constitui uma propulsão no sentido da singularização das experiências, isto é, uma manifestação do sensível em sua proximidade com os absolutos irredutíveis de uma zeroidade que não se alcança. Essa singularização oferece o tato, mais que a idéia do tato, o cheiro, mais que a idéia do cheiro, o tempo presente que sinto na carne, mais que uma idéia de tempo

presente. Não é, aliás, o tempo presente que todos compartilhamos, é o **meu** tempo presente.

Para investigar isso, retomei uma antiga proposta minha relativa a uma lógica temporal, em que eu tomava três elementos: um evento, uma referência, e um momento de fala. Ora, o momento de fala é sempre presente, e o que constitui linguisticamente nossa percepção do tempo viria de um jogo em que o evento e a referência se deslocam ou se juntam. Graficamente, a coisa se resolve da seguinte forma:

E - evento

R - referência

F - momento de fala

Posso usar um travessão para indicar distância e uma vírgula para indicar contemporaneidade. Dessa maneira,

O passado seria E,R___F porque minha referência está junto do evento e distante de mim.

O presente seria E,R,F porque a minha referência temporal se confunde com a minha fala.

O futuro seria F___E,R e um pretérito mais que perfeito poderia ser descrito como E___R___F em que a referência é anterior à fala, mas posterior ao evento.

Inicialmente, eu havia pensado esse esquema para resolver questões relativas à linguística textual e os esquemas temporais nem sempre lineares que se encontram nos textos literários. Entretanto, esta pesquisa atual acabou me revelando a possibilidade de o esquema ser uma metáfora visual interessante para o que venho dizendo. Assim, em E,R___F, o evento e a referência estão obviamente fora de mim. É como se, dado o grande argumento / dispositivo sensorial que ora nos comanda, o passado não me

pertencesse, e nem eu a ele, de vez que o imperativo está na simultaneidade da vivência e da experiência, isto é, o dispositivo terceiro está me dizendo que o que vale é o E,R,F.

À guisa de parênteses, uso aqui o conceito de experiência emprestado, com modificações, de Dewey: para mim, a experiência é uma espécie de memória teórica das vivências. A vivência é o momentâneo, o acidente, o imediatamente sentido.

Voltando ao ponto: empiricamente, tentei verificar na linguagem usada nas redes sociais, em emails, blogs e outras manifestações internéticas a frequência de tempos verbais em português, inglês, francês e espanhol. Foram centenas de visitas feitas por estagiários e uma simples estatística saltou aos olhos: cerca de 94% dos verbos utilizados estavam ou no presente simples, ou usavam o famigerado gerúndio no caso brasileiro. Os demais se distribuíam em um futuro imediato ou passado recente, ou, em outras palavras, continuavam gravitando em torno do presente. Esmagadora evidência em favor desta humilde hipótese. Nem por isso, entretanto, vou deixar de falar essas coisas com uma pitada de sal e dar a mim mesmo o benefício da dúvida.

Seja como for, essa situação me lembrou o Jameson, o Frederico, com seu livro **Modernidade singular**: ensaio sobre a ontologia do presente, publicado no Brasil pela Civilização Brasileira em 2005. Nessa obra ele reconhece, na sua discussão da modernidade do moderno e da não-modernidade do modernismo, que, em época de capitalismo tardio, o que vemos é uma redução da temporalidade ao presente, a perda de sentido da história e da continuidade, etc. Diz ele ainda: quanto mais procuramos persuadir-nos dos nossos próprios projetos e valores em respeito ao passado, mais esse passado se dissocia do nosso presente. Nesse diapasão, não pode haver um passado sem um poderoso presente que, dicotomicamente, rompa com ele. Esse passado, portanto, fica esmaecido e é, por isso mesmo, pinçado e utilizado como colorido para o presente.

Isso é facilmente observável nas reedições dos figurinos antigos, nos filmes e novelas de época, etc. e tal. E, assim como acontece com os cheiros, os gostos, os sons e as imagens, o presente ocupa nosso espaço consciente como pré-sentimento, como manifestação de uma primeira que, mesmo tendo por detrás o comando de um *logos* terceiro, assume lugar no proscênio e nos empurra para o gozo, para o tamponamento da falta pelo consumo, para a alegria constante que afasta o tédio, para o imperativo da

Logos sensorial: tempo e sensação na contemporaneidade

beleza sempre presente e o medo de um futuro enrugado. Se o presente é vivência, a experiência é vivencializada em momentáculos presentes que precisam se suceder como novos, nessa neofilia exacerbada. E, por isso, pasmem, já existem certas linhas de cosméticos antirrugas para uso de jovens de vinte e poucos anos.

E com essa nota animadora, fecho aqui esta fala. Muito obrigado.